

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2015



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Concurso Público para provimento de cargos de Contador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Investir em aprender pagará dividendos por toda a vida pessoal.

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

A morte e a morte do poeta

Ao ler o seu necrológio no jornal outro dia, o pianista Marcos Resende primeiro tratou de verificar que estava vivo, bem vivo. Em seguida gravou uma mensagem na sua secretária eletrônica: "Hoje é 27 e eu não morri. Não posso atender porque estou na outra linha dando a mesma explicação". Quando li esta nota, me lembrei de como tudo neste mundo caminha cada vez mais depressa. Em 1862, cheguei aqui a notícia da morte de Gonçalves Dias.

O poeta estava a bordo do Grand Condé havia cinquenta e cinco dias. O brigue chegou a Marselha com um morto a bordo. À falta de lazareto, o navio estava obrigado à caceteação da quarentena. Gonçalves Dias tinha ido se tratar na Europa e logo se concluiu que era ele o morto. A notícia chegou ao Instituto Histórico durante uma sessão presidida por d. Pedro II. Suspensa a sessão, começaram as homenagens ao que era tido e havido como o maior poeta do Brasil.

Suspeitar que podia ser mentira? Impossível. O imperador, em pleno Instituto Histórico, só podia ser verdade. Ofícios fúnebres solenes foram celebrados na Corte e na província. Vinte e cinco nênias saíram publicadas de estalo. Joaquim Serra, Juvenal Galeno e Bernardo Guimarães debulharam lágrimas de esguicho, quentes e sinceras. O grande poeta! O grande amigo! Que trágica perda! As comunicações se arrastavam a passo de cágado. Mal se começava a aliviar o luto fechado, dois meses depois chegou o desmentido: morreu, uma vírgula! Vivinho da silva.

A carta vinha escrita pela mão do próprio poeta: "É mentira! Não morri, nem morro, nem hei de morrer nunca mais!" Entre exclamações, citou Horácio: "Não morrerrei de todo." Todavia, morreu, claro. E morreu num naufrágio, vejam a coincidência. Em 1864, trancado na sua cabine do Ville de Boulogne, à vista da costa do Maranhão. Seu corpo não foi encontrado. Terá sido devorado pelos tubarões. Mas o poeta, este de fato não morreu.

[...]

(Adaptado de: RESENDE, Otto Lara. **Bom dia para nascer**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p.107-8)

1. No texto, o autor contrapõe fundamentalmente
 - (A) as boas condições do porto de Marselha, em território francês, às péssimas condições do porto brasileiro localizado no Maranhão, perto do qual o navio *Ville de Boulogne* acabou por naufragar.
 - (B) a demora com que a notícia da suposta morte de Gonçalves Dias, no século XIX, pôde ser contestada pelo poeta à rapidez com que o pianista Marcos Resende, contemporâneo do cronista, pôde contestar a própria morte.
 - (C) a comoção com que foi recebida a notícia da suposta morte do poeta Gonçalves Dias à indiferença com que se recebeu a notícia da morte do pianista Marcos Resende, buscando-se esclarecê-la com um simples telefonema.
 - (D) a resistência do navio *Grand Condé*, onde Gonçalves Dias pôde permanecer em segurança por mais de cinquenta dias, à fragilidade do *Ville de Boulogne*, que levou pouco tempo para naufragar na costa do Maranhão.
 - (E) a banalização das notícias em seu próprio tempo, mesmo as mais trágicas, à solenidade com que eram dadas no século XIX, muitas vezes em sessões no Instituto Histórico, com a eventual presença do próprio Imperador.
2. De acordo com o texto, a falsa notícia da morte de Gonçalves Dias teria se originado de uma conjunção de acontecimentos que incluem:
 - (A) a morte de um passageiro no navio em que ele viajava, a impossibilidade dos passageiros do navio cumprirem o período de quarentena em terra e a motivação da viagem do poeta para a Europa.
 - (B) a inexistência de lazareto no *Grand Condé*, a motivação da viagem do poeta para a Europa e as falhas de comunicação entre o navio e o porto de Marselha.
 - (C) a impossibilidade dos passageiros do navio cumprirem o período de quarentena em terra, a presença do Imperador no Instituto Histórico e as homenagens feitas no Brasil ao grande poeta.
 - (D) a morte de um passageiro no navio em que ele viajava, a motivação da viagem do poeta para a Europa e as falhas de comunicação entre o navio e o porto de Marselha.
 - (E) a inexistência de lazareto no *Grand Condé*, a morte de um passageiro no navio e as homenagens feitas no Brasil ao grande poeta.
3. Considerando-se o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
 - (A) *Entre exclamações, citou* = Em meio aos brados, parodiou
 - (B) *Ofícios fúnebres* = Comunicações danosas
 - (C) *o seu necrológio no jornal* = a sua matéria fúnebre impressa
 - (D) *obrigado à caceteação* = compelido ao aborrecimento
 - (E) *aliviar o luto fechado* = compensar a grande tristeza



4. A frase do texto que permite transposição para a voz **passiva** é:
- (A) *Em seguida gravou uma mensagem na sua secretária eletrônica...*
- (B) *Mas o poeta, este de fato não morreu.*
- (C) *Em 1862, chegou aqui a notícia da morte de Gonçalves Dias.*
- (D) *O poeta estava a bordo do Grand Condé...*
- (E) *... de como tudo neste mundo caminha cada vez mais depressa.*
-
5. *Joaquim Serra, Juvenal Galeno e Bernardo Guimarães debulharam lágrimas de esguicho, quentes e sinceras.*
- O verbo transitivo empregado com o mesmo tipo de complemento com que foi empregado o verbo grifado acima está em:
- (A) *É mentira!*
- (B) *A notícia chegou ao Instituto Histórico durante uma sessão presidida por d. Pedro II.*
- (C) *... que estava vivo, bem vivo.*
- (D) *E morreu num naufrágio...*
- (E) *Entre exclamações, citou Horácio...*
-
6. *À falta de lazareto, o navio estava obrigado à caceteação da quarentena.* (2ª parágrafo)
- Mantendo-se o sentido e a coesão da frase, o segmento grifado acima pode ser corretamente substituído por:
- (A) De sorte que faltava o lazareto
- (B) Embora faltasse o lazareto
- (C) Uma vez que faltava o lazareto
- (D) À medida que faltasse o lazareto
- (E) Conquanto faltava o lazareto
-
7. *Suspensa a sessão, começaram as homenagens...*
- O segmento grifado exerce na frase acima a mesma função sintática que o segmento também grifado em:
- (A) *As comunicações se arrastavam a passo de cágado.*
- (B) *O brigue chegou a Marselha com um morto a bordo.*
- (C) *Ao ler o seu necrológio no jornal outro dia...*
- (D) *Terá sido devorado pelos tubarões.*
- (E) *... dois meses depois chegou o desmentido...*
-
8. A frase cuja REDAÇÃO está inteiramente clara e correta é:
- (A) Para quem acredita em destino e que o dia da morte está marcado, nada nem ninguém pode alterá-la ou prolongá-la, e nenhum remédio poderia ser proscrito para salvar aquele que já está condenado.
- (B) Não foi absolutamente efêmera há glória de Gonçalves Dias, mas ao contrário duradoura e imperecível, já que ainda hoje o autor da "Canção do exílio" é considerado um dos maiores poetas brasileiros de que conhecemos.
- (C) Outra extraordinária coincidência na biografia de Gonçalves Dias é a composição de um poema chamado "O mar", em cujos versos aquele que viria a morrer num naufrágio alude ao "oceano terrível" e à própria morte.
- (D) Senão tivesse morrido no naufrágio do *Ville de Boulogne*, é possível que Gonçalves Dias não sobreviveria muitos dias à seu desembarque, pois seu estado de saúde era de fato muito grave.
- (E) Ser dado por morto e estar bem vivo, numa experiência das mais inquietantes que o ser humano pode vir a conhecer, cuja é talvez ainda mais terrificante quando se depara de repente com a notícia da própria morte.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los; há anos vivo sem nenhum desses abrigos, e também, como toda gente, sem chapéu. Tenho apanhado muita chuva, dado muita corrida, me plantado debaixo de muita marquise, mas resistido.

Ontem, porém, choveu demais, e eu precisava ir a três pontos diferentes do bairro. Pedi ao moço de recados, quando veio apanhar a crônica para o jornal, que me comprasse um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais, mas também não muito caro. Ele me comprou um de pouco mais de trezentos cruzeiros.

Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo. Senti então uma certa simpatia por ele; meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho, e eu mesmo fiquei curioso de saber qual a origem desse carinho.

Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças. Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.

O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas.

Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre, essa pequena barraca ambulante.

Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros. Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono. Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia, faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios; a estes, respeita. O freguês vulgar e ocasional, este o irrita, e ele se aproveita da primeira distração para sumir.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. Coisas antigas. In: **200 Crônicas escolhidas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.217-9)

9. De acordo com o texto,

- (A) mesmo que possam ser condenáveis os abusos a que foi submetido o aspecto das sombrinhas, elas têm a grande vantagem de não serem esquecidas exatamente por conta da sua diversidade de cores e padrões.
- (B) se a todo momento se perde um guarda-chuva, a perda não precisa ser lamentada, já que guarda-chuvas podem sempre ser comprados por um preço relativamente acessível.
- (C) ainda que o guarda-chuva seja uma invenção bastante engenhosa, parece surpreendente que o homem não tenha conseguido até hoje inventar alguma coisa mais prática que pudesse substituí-lo na proteção contra a chuva.
- (D) a despeito da aversão que se possa ter em relação ao guarda-chuva, o seu conservadorismo chega a ser atraente sobretudo num mundo em que tudo acaba sofrendo constantes e vertiginosas transformações.
- (E) se é elogiável o fato do guarda-chuva ter permanecido praticamente o mesmo desde a sua invenção, a falta de variedade de seu aspecto é responsável pelas confusões que o levam a constantes trocas de dono.

10. Em diversos momentos o autor se vale do humor na composição do texto, como ocorre no segmento:

- I. *Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças.* (4º parágrafo)
- II. *Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda.* (5º parágrafo)
- III. *Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre...* (6º parágrafo)
- IV. *Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono.* (último parágrafo)

Atende ao enunciado o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) IV.

11. *Pensando bem, ele talvez derive do fato...*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em

- (A) *... um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais...*
- (B) *... nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.*
- (C) *Já na minha infância era um objeto de ares antiquados...*
- (D) *... faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios...*
- (E) *O freguês vulgar e ocasional, este o irrita...*



12. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi feita corretamente em:
- (A) *quando veio apanhar a crônica* = quando veio apanhar-lhe
(B) *Depois de cumprir meus afazeres* = Depois de cumprir-nos
(C) *Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas* = Já lhes tive
(D) *pendurei o guarda-chuva* = pendurei-no
(E) *Pedi ao moço de recados* = Pedi-lhe
-
13. ... *meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho...* (3º parágrafo)
- Sem que seja feita qualquer outra alteração, a frase acima permanecerá correta caso o verbo sublinhado seja substituído pelo que consta em:
- (A) deu lugar
(B) transformou-se
(C) foi vencido
(D) transigiu
(E) trocou-se
-
14. Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto:
- I. Em frases como *choveu demais, e eu precisava...* (2º parágrafo) e *Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais...* (4º parágrafo), o emprego da vírgula está em desacordo com a norma culta.
- II. Em *Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia...* (último parágrafo), a retirada da vírgula implica alteração do sentido da frase.
- III. Em *O freguês vulgar e ocasional, este o irrita* (último parágrafo), a retirada do pronome *este* implica que simultaneamente se retire a vírgula, pois do contrário haverá prejuízo para a correção.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
(B) II.
(C) I e III.
(D) III.
(E) I e II.
-
15. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na redação da seguinte frase:
- (A) Tantas mudanças sofreram nossa moeda ao longo do tempo que é difícil saber quanto representaria hoje os cerca de trezentos cruzeiros gastos pelo cronista na compra de um guarda-chuva.
(B) Dos mais atentos aos mais distraídos, talvez não se encontre quem não tenha esquecido ao menos um guarda-chuva na vida, para não falar daqueles que já não têm ideia de quantos guarda-chuvas teriam perdido.
(C) Muito mais do que nos anos em que Rubem Braga escrevia as suas crônicas tão saborosas, que coisas hoje não teria sofrido mudança significativa ao longo de um curto período de tempo?
(D) Escrever sobre coisas aparentemente insignificantes e corriqueiras denotam um extraordinário talento que as pessoas comuns quase nunca tem.
(E) Modelos mais avançados, coloridos e estampados como costumava ser a sombrinha no tempo de Rubem Braga, convive hoje com o tradicional guarda-chuva, preto e austero.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Alberto, Bernardo e Carlos estão planejando ir a uma festa. Se Alberto for a festa, então Bernardo também irá. Se Bernardo não for a festa, então Carlos também não irá. De acordo com isso, é necessariamente correto afirmar que:
- (A) Se Carlos for a festa, então Bernardo também irá à festa.
(B) Se Alberto for a festa, então Carlos também irá à festa.
(C) Se Alberto não for a festa, então Bernardo também não irá à festa.
(D) Se Alberto não for a festa, então Bernardo irá à festa.
(E) Se Carlos for a festa, então Bernardo não irá à festa.
-
17. Analisando a carteira de vacinação de 112 crianças, um posto de saúde verificou que 74 receberam a vacina A, 48 receberam a vacina B, e 25 não foram vacinadas. Do total das 112 crianças, receberam as duas vacinas (A e B) apenas
- (A) 32,75%.
(B) 28,75%.
(C) 31,25%.
(D) 34,25%.
(E) 29,75%.



18. Dentro de um envelope há um papel marcado com um número. Afirma-se sobre esse número que:

- I. o número é 1;
- II. o número não é 2;
- III. o número é 3;
- IV. o número não é 4.

Sabendo que três das afirmações são verdadeiras e uma é falsa, é necessariamente correto concluir que

- (A) I é verdadeira.
- (B) II é falsa.
- (C) II é verdadeira.
- (D) III é verdadeira.
- (E) IV é falsa.

19. Cláudio é vendedor e ganha R\$ 800,00 fixos por mês, mais 10% de comissão sobre suas vendas mensais. O patrão de Cláudio pediu que ele escolhesse uma dentre as seguintes propostas de aumento salarial:

Proposta 1. aumento do valor fixo para R\$ 900,00 por mês, sem alterar a porcentagem de comissão por vendas;

Proposta 2. aumento de 1 ponto percentual na comissão sobre vendas, sem alterar o valor fixo mensal.

Para decidir o que seria mais vantajoso, Cláudio fez as contas corretamente e optou pela proposta 2, ao que se pode concluir que suas expectativas médias mensais de vendas

- (A) estão entre R\$ 5.000,00 e R\$ 9.000,00.
- (B) são maiores do que R\$ 9.000,00 e menores do que R\$ 10.000,00.
- (C) são inferiores a R\$ 5.000,00.
- (D) superam R\$ 10.000,00.
- (E) são iguais a R\$ 5.000,00.

20. Alzira e Thaís têm, juntas, R\$ 1.230,00. Alzira gastou $\frac{2}{5}$ do dinheiro total das duas juntas e Thaís gastou $\frac{5}{9}$ do que sobrou.

Comparando o dinheiro que sobrou ao final dos gastos com o dinheiro que elas tinham juntas antes dos gastos, houve uma redução de

- (A) R\$ 902,00.
- (B) R\$ 492,00.
- (C) R\$ 410,00.
- (D) R\$ 328,00.
- (E) R\$ 738,00.

21. XX e X são, respectivamente, números naturais de dois (iguais a X) e um algarismo (igual a X). Multiplicando-se X por XX obtemos como resultado um número com algarismo da unidade igual a 4. Apenas com as informações dadas, é correto concluir que a diferença entre o maior e o menor número possível que pode ter sido obtido como resultado na conta de multiplicação é igual a

- (A) 700.
- (B) 350.
- (C) 640.
- (D) 660.
- (E) 480.



22. Cinco cartões possuem um número natural de um lado, e uma letra, do outro. Não há números nem letras repetidas no conjunto dos cinco cartões. Veja os cartões em uma determinada posição:



Com relação aos cinco cartões, sabe-se que:

- I. cartões que possuem vogal de um lado, possuem número par do outro lado;
- II. cartões que possuem número ímpar de um lado, possuem consoante do outro lado;
- III. a soma dos números dos cinco cartões é um número ímpar;
- IV. um dos cartões tem a letra L de um dos lados.

É correto afirmar que

- (A) o cartão que tem a letra B de um lado necessariamente possui número ímpar do outro.
 - (B) o cartão que tem o número 8 de um lado necessariamente possui uma vogal do outro.
 - (C) a soma dos números atrás das letras A, B e U é necessariamente um número par.
 - (D) o cartão com a letra L de um lado tem necessariamente o número 5 do outro.
 - (E) o produto dos números dos cinco cartões pode ser um número ímpar.
-
23. A torneira X tem vazão de 1,2 litros por segundo, e a torneira Y de 2,4 litros por segundo. Se a torneira X, sozinha, enche um tanque vazio em 5 minutos e 45 segundos, as duas torneiras, juntas, encheriam esse mesmo tanque vazio em um tempo mínimo de
- (A) 1 minuto e 45 segundos.
 - (B) 2 minutos e 35 segundos.
 - (C) 2 minutos e 15 segundos.
 - (D) 1 minuto e 55 segundos.
 - (E) 2 minutos e 05 segundos.

-
24. O banco de dados de um computador possui apenas 12 mil arquivos, sendo que cada um possui tamanho que varia de 1 kilobyte até 480 kilobytes. Com relação a esse banco de dados, é correto afirmar que
- (A) nele necessariamente existem arquivos com o mesmo tamanho, em kilobytes.
 - (B) é provável, mas não é necessariamente certo, que nele existam arquivos com o mesmo tamanho, em kilobytes.
 - (C) é provável, mas não é necessariamente certo, que nele não existam arquivos com o mesmo tamanho, em kilobytes.
 - (D) cada um dos seus arquivos possui, em média, o tamanho de 25 kilobytes.
 - (E) seus arquivos possuem, juntos, tamanho de 12 mil a 5 milhões de kilobytes.

-
25. Em sala de aula com 25 alunos e 20 alunas, 60% desse total está com gripe. Se $x\%$ das meninas dessa sala estão com gripe, o menor valor possível para x é igual a
- (A) 8.
 - (B) 15.
 - (C) 10.
 - (D) 6.
 - (E) 12.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

26. Considere:
- I. Receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro os prazos.
 - II. Não ser preso, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral.
 - III. Examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos.
 - IV. Ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.

Nos termos da Lei Complementar nº 84/94, é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.



27. Considere:

- I. Não é conceito extensível aos estrangeiros residentes no país.
- II. A comprovação da condição de necessitado far-se-á mediante apresentação da declaração de imposto de renda.
- III. A Defensoria Pública do Estado manterá permanente atividade de apuração do estado de carência dos necessitados.

Nos termos da Lei Complementar nº 164/10, sobre os necessitados é correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28. Considere:

- I. O mais antigo na carreira.
- II. O mais antigo na categoria.
- III. O mais idoso.
- IV. A melhor classificação no concurso.
- V. O maior tempo de serviço público.

No termos do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Roraima, caso haja empate na promoção por merecimento, dentro de cada categoria, os critérios de desempate devem ser examinados na seguinte ordem:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, I, IV, V e III.
- (C) V, I, II, IV e III.
- (D) III, I, II, IV e V.
- (E) IV, V, III, II e I.

29. Funcionário de sociedade de economia mista responsável pelo abastecimento de água realizava obras em canalização de determinada via pública, quando, por imperícia, gerou vazamento, que causou inundação e danos materiais a morador da área.

Nesse caso, o Estado

- (A) tem responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem a possibilidade de exercer direito de regresso em face do funcionário.
- (B) não possui responsabilidade objetiva, vez que a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.
- (C) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem prejuízo de exercer direito de regresso em face do funcionário.
- (D) não possui responsabilidade objetiva, pois ausente o dolo na conduta do funcionário.
- (E) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado na medida e proporção da culpabilidade do funcionário.

30. As competências na Administração pública podem ser atribuídas para órgãos públicos e para entidades administrativas, por meio do que doutrinariamente se denomina, respectivamente, desconcentração e descentralização. Considerando a natureza jurídica dos órgãos e entidades,

- (A) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de órgãos públicos, excluindo-se dessa categorização os consórcios públicos, em razão do princípio da especialidade.
- (B) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, possuindo personalidade jurídica própria e capacidade processual, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, mas não possuem capacidade processual.
- (C) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, distinta das pessoas que lhes deram vida.
- (D) por serem os órgãos despersonalizados, ao contrário das entidades, não mantêm relações institucionais entre si, tampouco com terceiros, em razão do princípio da capacidade específica.
- (E) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de entidades, excluindo-se dessa categorização as fundações públicas, que são espécies de órgãos, com capacidade de autoadministração exercida com independência em relação ao poder central.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. Em 1/12/2012 uma empresa iniciou suas atividades sem estoque e adquiriu, naquela data, um primeiro e único lote de determinada mercadoria para comercialização. O valor pago diretamente ao fornecedor da mercadoria foi R\$ 10.000.000,00 e a empresa pagou, adicionalmente, os seguintes valores para ter as mercadorias em condições de venda em seu depósito:

- R\$ 1.400.000,00 de frete, estando incluído neste preço o valor de R\$ 28.000,00 correspondente a impostos não recuperáveis.
- R\$ 600.000,00 por uma apólice de seguro para o transporte até o depósito da empresa.

No preço de compra pago ao fornecedor da mercadoria não há impostos incluídos, tendo em vista que o mesmo está isento de qualquer tributo. No mês de dezembro de 2012 a empresa vendeu oitenta por cento (80%) do lote adquirido em 1/12/2012, obtendo um valor bruto com a venda de R\$ 14.000.000,00. Neste valor, estão incluídos impostos de R\$ 1.400.000,00. O Lucro Bruto evidenciado pela empresa, na Demonstração do Resultado de 2012, exclusivamente em relação à parcela do lote vendido, foi, em reais,

- (A) 6.000.000,00.
- (B) 4.880.000,00.
- (C) 3.000.000,00.
- (D) 4.400.000,00.
- (E) 4.600.000,00.

32. Em 31/12/2012 uma empresa adquiriu um caminhão para uso em sua atividade pelo valor total de R\$ 900.000,00, o qual foi pago à vista. A empresa definiu a vida útil do caminhão em 1.600.000 quilômetros rodados e o valor esperado de venda líquido para o caminhão, no final da vida útil definida, em R\$ 100.000,00. A empresa calcula a despesa de depreciação, para fins societários, em função da quilometragem rodada pelo caminhão, e sabe-se que a vida útil para fins fiscais para caminhões é definida em 5 anos. Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, as seguintes informações são conhecidas:

- O caminhão rodou 300.000 quilômetros até 31/12/2014.
- O valor justo líquido de despesa de venda do caminhão era R\$ 700.000,00.
- O valor em uso do caminhão foi calculado em R\$ 780.000,00.

O valor contábil do caminhão evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 foi, em reais,

- (A) 540.000,00.
- (B) 700.000,00.
- (C) 780.000,00.
- (D) 750.000,00.
- (E) 731.250,00.

33. A Empresa Mundial S.A. adquiriu, em março de 2014, 40% das ações da Empresa Transnacional S.A., pagando o valor total de R\$ 43.000.000,00 à vista. Com as ações adquiridas, a Empresa Mundial S.A. passou a ter influência significativa na Empresa Transnacional S.A.. Na data da aquisição das ações, o valor total do Patrimônio Líquido contábil da Empresa Transnacional S.A. era R\$ 100.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era R\$ 120.000.000,00.

Os valores evidenciados pela Empresa Mundial S.A. em suas demonstrações individuais, na data da aquisição das ações, relativos exclusivamente à participação adquirida na Empresa Transnacional S.A. foram, em reais,

- (A) Investimentos = 48.000.000,00 (no ativo) e Ganho por compra vantajosa = 5.000.000,00 (no resultado).
- (B) Investimentos = 43.000.000,00 (no ativo) somente.
- (C) Investimentos = 40.000.000,00 (no ativo) e Ágio na compra do investimento = 3.000.000,00 (no ativo).
- (D) Investimentos = 48.000.000,00 (no ativo) e Deságio na compra do investimento = 5.000.000,00 (como conta retificadora no ativo).
- (E) Investimentos = 40.000.000,00 (no ativo) e Ágio na compra do investimento = 3.000.000,00 (no resultado).



34. Uma empresa apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, duas aplicações financeiras em títulos e as seguintes informações:

Saldo contábil (em R\$)	Taxa de juros dos títulos	Classificação dos títulos pela empresa
500.000,00	10% ao ano	Disponível para venda futura
300.000,00	12% ao ano	Mantidos até o vencimento

Em 31/12/2014, a empresa ainda mantinha as duas aplicações e os valores justos de ambas, nesta data, eram os seguintes:

Classificação dos títulos pela empresa	Valor Justo (R\$)
Disponível para venda futura	560.000,00
Mantidos até o vencimento	340.000,00

A receita total evidenciada na Demonstração do Resultado de 2014, referente às duas aplicações financeiras tomadas em conjunto foi, em reais,

- (A) 100.000,00.
- (B) 96.000,00.
- (C) 90.000,00.
- (D) 40.000,00.
- (E) 86.000,00.

35. Uma venda de mercadoria foi realizada por uma empresa comercial no dia 1/12/2014 para ser recebida em 1/10/2015. O valor nominal da venda foi R\$ 406.189,29, mas se a venda fosse realizada à vista o valor justo cobrado pela empresa seria R\$ 350.000,00. A empresa considera relevante qualquer variação entre o valor justo e o valor nominal que supere 10% do valor justo.

Sabendo-se que, na data da venda, a empresa utilizava a taxa de juros de 1,5% ao mês para as vendas a prazo, ela reconheceu na Demonstração do Resultado de 2014, especificamente com relação à operação efetuada em 1/12/2014:

- (A) Receita de Vendas = R\$ 406.189,29 apenas.
- (B) Receita de Vendas = R\$ 350.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.250,00.
- (C) Receita de Vendas = R\$ 350.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.618,93.
- (D) Receita de Vendas = R\$ 350.000,00 apenas.
- (E) Receita de Vendas = R\$ 350.000,00 e Receita Financeira = R\$ 6.092,84.

36. Uma empresa apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 um valor total de R\$ 7.000.000,00 como provisões, correspondente aos seguintes processos movidos contra ela:

Processo	Valor Estimado (R\$)
Ação Fiscal relativa ao PIS	1.000.000,00
Ação Fiscal relativa ao IPI	3.600.000,00
Ações Trabalhistas	2.400.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, as novas estimativas para estes processos e a nova avaliação feita pela assessoria jurídica da empresa quanto à possibilidade de perda de cada um são:

Informações disponíveis em 31/12/2014 sobre os processos já existentes em 31/12/2013		
Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Ação Fiscal relativa ao PIS	1.300.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao IPI	3.800.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.000.000,00	Provável

Durante o ano de 2014 a empresa identificou mais duas contingências e as informações sobre elas são as seguintes:

Informações sobre novos processos de 2014 em 31/12/2014		
Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Ação Fiscal relativa ao ICMS	700.000,00	Provável
Ação sobre danos ambientais	600.000,00	Remota

Com base nas informações apresentadas e sabendo que todos os valores estimados são confiáveis, o valor que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, e o efeito total líquido evidenciado no resultado de 2014 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 7.100.000,00 e redução de 100.000,00.
- (B) 8.400.000,00 e redução de 1.400.000,00.
- (C) 4.000.000,00 e redução de 1.000.000,00.
- (D) 4.000.000,00 e aumento de 3.000.000,00.
- (E) 7.800.000,00 e redução de 800.000,00.



37. No dia 31/12/2013, uma empresa obteve um empréstimo no valor total de R\$ 20.000.000,00 nas seguintes condições:

- Prazo do empréstimo: 5 anos.
- Taxa de juros contratada: 10% ao ano.
- Principal: pagamento integral em 31/12/2018.
- Juros: pagamentos anuais, com a primeira parcela vencendo em 31/12/2014.
- Valor das parcelas de juros anuais: R\$ 2.000.000,00.
- Despesas iniciais cobradas pelo Banco (Custos de transação): R\$ 300.000,00.

Em decorrência das despesas iniciais cobradas pelo Banco, a taxa de custo efetivo da operação passou para 10,40% ao ano. Considerando que a empresa efetuou o pagamento da parcela de juros vencida em 31/12/2014, os valores da despesa com encargos financeiros apropriada no resultado de 2014 e do saldo líquido apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2014 para o passivo relativo ao empréstimo obtido foram, respectivamente, em reais,

- (A) 2.080.000,00 e 20.000.000,00.
- (B) 2.048.800,00 e 19.748.800,00.
- (C) 2.380.000,00 e 20.000.000,00.
- (D) 2.048.800,00 e 19.700.000,00.
- (E) 2.300.000,00 e 20.000.000,00.

38. Um ativo intangível foi adquirido em separado por uma empresa pelo valor de R\$ 30.000.000,00 em 31/12/2012, apresentando características que permitem identificá-lo como de vida útil indefinida. Em 31/12/2013, a empresa contabilizou uma perda por desvalorização (*impairment*) no valor de R\$ 2.000.000,00 para este ativo.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade (*impairment*) e, para isto, obteve os seguintes valores para o ativo intangível:

- Valor em uso do ativo R\$ 29.000.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda do ativo R\$ 25.000.000,00.

Sabendo que o ativo intangível continuava com a característica de vida útil indefinida em 31/12/2014 e que durante 2014 o seu valor contábil não sofreu alterações, nas demonstrações contábeis do ano de 2014, a empresa deveria

- (A) reconhecer, no resultado do ano, um ganho no valor de R\$ 1.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- (B) manter o valor contábil de R\$ 28.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
- (C) reconhecer uma perda por desvalorização, no valor de R\$ 3.000.000,00, no resultado do ano.
- (D) reconhecer, no resultado do ano, um ganho no valor de R\$ 2.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- (E) reconhecer, no resultado do ano, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 5.000.000,00.

Contabilidade Pública

39. Na NBC T 16.1, o campo de aplicação informa quais entidades devem aplicar as regras da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Segundo essa Norma, NÃO estão sujeitas a estas regras

- (A) os órgãos dos Poderes legislativo e judiciário.
- (B) as organizações não governamentais que recebem recursos públicos.
- (C) as fundações públicas de natureza de direito público.
- (D) as empresas públicas não classificadas como empresas estatais dependentes.
- (E) as autarquias, os serviços sociais e os conselhos profissionais.



40. De acordo com a NBC T 16.2, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Classificam-se como ativo circulante
- (A) os créditos tributários a receber, com a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - (B) as obrigações com fornecedores, exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - (C) os cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.
 - (D) as dívidas ativas tributárias, realizáveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - (E) as depreciações acumuladas do imobilizado.
-
41. No que tange ao regime orçamentário, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, pertence ao exercício financeiro de 2015 a realização da seguinte transação:
- (A) o pagamento, no mês de fevereiro de 2015, de despesas empenhadas no exercício de 2014.
 - (B) a depreciação mensal, no exercício de 2015, de bens móveis.
 - (C) a emissão de nota de empenho no mês de abril de 2015 para aquisição de veículos.
 - (D) o reconhecimento de crédito tributário a receber referente as receitas de impostos previstas na Lei Orçamentária do exercício de 2015.
 - (E) a inscrição, no mês de julho de 2015, em dívida ativa, de impostos lançados no exercício de 2014.
-

Atenção: Para responder às questões de números 42 a 45, considere as seguintes informações e transações realizadas por determinado Estado da região Norte do Brasil relativamente ao exercício financeiro de 2014:

	R\$
– Receitas e Despesas aprovadas na LOA para o exercício de 2014.....	1.550.000,00
Execução	
	R\$
– Despesa com aquisição de veículos	40.000,00
– Receita com arrendamentos de área pública	65.000,00
– Receita da cota – parte do fundo de participação dos estados	135.000,00
– Abertura de crédito especial destinada a aquisição de computadores.....	95.000,00
– Despesa com amortização de dívidas.....	160.000,00
– Despesa com juros referentes a operações de crédito efetivamente contratadas	70.000,00
– Receita com alienação de bens imóveis	220.000,00
– Receita de impostos sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA	870.000,00
– Despesa com gêneros de alimentação hospitalar	60.000,00
– Receita com remuneração de depósitos bancários.....	90.000,00
– Despesa com a folha de pagamento de pessoal ativo	940.000,00
– Receita com a cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico.....	80.000,00
– Receita com taxas pelo exercício do poder de polícia.....	140.000,00
– Anulação de dotação orçamentária destinada a aquisição de computadores.....	50.000,00
– Receita de concessões e permissões – serviços	110.000,00
– Despesa com alocação de imóveis	55.000,00
– Receita com a amortização de empréstimos.....	115.000,00
– Depreciação de veículos	20.000,00

42. As receitas correntes arrecadadas, no exercício de 2014, somam, em reais,
- (A) 1.425.000,00.
 - (B) 1.490.000,00.
 - (C) 1.410.000,00.
 - (D) 1.380.000,00.
 - (E) 1.605.000,00.



43. As despesas de capital realizadas, no exercício de 2014, somam, em reais,
- (A) 270.000,00.
 - (B) 255.000,00.
 - (C) 325.000,00.
 - (D) 295.000,00.
 - (E) 200.000,00.
-
44. Do total das despesas correntes executadas (empenhadas), no exercício de 2014, foram liquidadas e pagas, no próprio exercício, o valor de R\$ 750.000,00. Nestas condições, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, as despesas correntes, inscritas em Restos a Pagar não processados, ao final do exercício de 2014 somam, em reais,
- (A) 415.000,00.
 - (B) 305.000,00.
 - (C) 320.000,00.
 - (D) 250.000,00.
 - (E) 375.000,00.
-
45. O resultado apurado no Balanço Orçamentário do exercício de 2014 foi superavitário, em reais,
- (A) 500.000,00.
 - (B) 405.000,00.
 - (C) 275.000,00.
 - (D) 385.000,00.
 - (E) 480.000,00.
-
46. No momento da liquidação da despesa, o registro contábil no subsistema de informações orçamentárias, sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, Debita e Credita, respectivamente, os seguintes títulos de contas:
- (A) despesa empenhada em liquidação e despesa empenhada a pagar.
 - (B) crédito empenhado em liquidação e crédito empenhado liquidado a pagar.
 - (C) crédito empenhado em liquidação e crédito disponível.
 - (D) despesa empenhada e despesa liquidada a pagar.
 - (E) crédito disponível e crédito empenhado liquidado a pagar.
-
47. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, entre outras, são classificadas como variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, respectivamente, as seguintes transações:
- (A) arrecadação de receita de operações de crédito de longo prazo, e distribuição de material gratuito.
 - (B) arrecadação de receita de ICMS, concomitante ao fato gerador, e despesa empenhada e liquidada com amortização da dívida de longo prazo.
 - (C) recebimento de caução de empresa para garantia de execução contratual, e despesa empenhada e liquidada com serviços de limpeza pública.
 - (D) arrecadação de receita de Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, e uso de material de consumo.
 - (E) bens imóveis recebidos em doação, e despesa empenhada, liquidada e paga com aquisição de material de almoxarifado.

**Administração Orçamentária e Financeira**

48. Considere as despesas empenhadas por determinado ente público, no exercício de 2015, na modalidade “90 – Aplicação Direta”, classificadas, respectivamente, no Grupo de Natureza de Despesa – Pessoal e Encargos Sociais:
- (A) auxílio alimentação, e indenizações e restituições trabalhistas.
 - (B) obrigações patronais e locação de mão de obra.
 - (C) obrigações patronais e restituições trabalhistas.
 - (D) auxílio-alimentação e outras despesas variáveis – pessoal civil.
 - (E) vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil e passagens com locomoção.
-
49. O secretário de transportes autorizou a contratação de uma empresa para executar os serviços de manutenção nas estradas estaduais, pelo período de doze meses, a partir de outubro de 2015. Preliminarmente à contratação da empresa, o contador verificou que o saldo na dotação orçamentária não era suficiente para o empenho da despesa no exercício financeiro. Nesse caso, para viabilizar a contratação da empresa, será aberto crédito adicional
- (A) especial, com vigência até o término do contrato (setembro de 2016).
 - (B) suplementar, com vigência até o final do exercício de 2015.
 - (C) especial, desde que haja autorização na Lei Orçamentária Anual, até determinado limite.
 - (D) suplementar, podendo ser reaberto no exercício seguinte, se houver saldo.
 - (E) extraorçamentário, com vigência até o término do contrato (setembro de 2016).
-
50. A previsão de arrecadação de receitas tributárias provenientes de impostos aprovada na Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2015, de determinado Estado da região Norte do Brasil, somam R\$ 892.950.000,00. No âmbito dos Estados, são classificados como receitas tributárias os impostos sobre
- (A) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; e propriedade de veículos automotores.
 - (B) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; e propriedade predial e territorial urbana.
 - (C) propriedade de veículos automotores; e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (D) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; e exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
 - (E) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; e propriedade territorial rural.
-
51. Na primeira quinzena de setembro de 2015, determinado órgão da administração direta realizou despesas não efetivas, no valor de R\$ 345.000,00. Para fins contábeis, entre outras, são consideradas despesas não efetivas as relativas a
- (A) aquisição de imóveis e amortização da dívida de longo prazo.
 - (B) arrendamento mercantil e locação de imóveis.
 - (C) prestação de serviços de manutenção de bens imóveis e aquisição de veículos.
 - (D) encargos sobre operações de crédito por antecipação da receita e inscrição em dívida ativa.
 - (E) juros sobre a dívida por contrato e amortização de empréstimos.
-
52. No primeiro de semestre de 2015, o Estado do Rio Negro arrecadou receitas de impostos no valor de R\$ 3.780.000,00. Com relação as etapas da receita orçamentária, a etapa da “Execução” da receita, se dá nos seguintes estágios:
- (A) lançamento, arrecadação, destinação dos recursos.
 - (B) arrecadação, destinação dos recursos, contabilização.
 - (C) previsão, arrecadação, recolhimento.
 - (D) previsão, arrecadação, contabilização.
 - (E) lançamento, arrecadação, recolhimento.



Atenção: Para responder às questões de números 53 e 54, considere as transações relativas às receitas orçamentárias arrecadadas pelo Estado do Rio Doce, no período de setembro a outubro de 2015.

Transações	R\$
– Aluguéis de propriedade do ente público.....	170.000,00
– Cota-parte do fundo de participação dos estados.....	160.000,00
– Rendimento de aplicações financeiras.....	120.000,00
– Multas e juros de mora dos tributos.....	80.000,00
– Dívida ativa de impostos.....	90.000,00
– Alienação de bens imóveis.....	130.000,00
– Operações de crédito de longo prazo.....	55.000,00
– Indenização por danos causados ao patrimônio público.....	15.000,00
– Cota-parte do IPI – estados exportadores de produtos industrializados.....	20.000,00
– Concessões e permissões.....	110.000,00
– Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico- CID.....	140.000,00
– Ganhos com a alienação de ativo imobilizado.....	30.000,00
– Bens imóveis transferidos do município para o Estado.....	40.000,00

53. O total das receitas patrimoniais arrecadadas foi de, em reais,

- (A) 430.000,00.
- (B) 400.000,00.
- (C) 280.000,00.
- (D) 230.000,00.
- (E) 415.000,00.

54. As receitas de transferências correntes arrecadadas totalizam, em reais,

- (A) 440.000,00.
- (B) 335.000,00.
- (C) 360.000,00.
- (D) 320.000,00.
- (E) 180.000,00.

55. No exercício de 2014, as despesas empenhadas por determinado ente público totalizaram R\$ 18.780.650.000. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, complementada pela informação gerencial denominada “Modalidade de Aplicação”, compõe-se de

- (A) corrente e de capital.
- (B) função e subfunção.
- (C) programa, projeto, atividade e operação especial.
- (D) categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
- (E) custeio, investimentos e inversões financeiras.

Auditoria

56. As evidências dos trabalhos executados, que fundamentam a opinião e comentários do profissional de auditoria governamental, são registradas, segundo as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) – Aplicável ao Controle Externo,

- (A) na documentação de auditoria.
- (B) na conclusão da auditoria.
- (C) no relatório de auditoria.
- (D) no parecer de auditoria.
- (E) na ata de encerramento dos trabalhos de auditoria.



57. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de Roraima e das entidades da Administração direta e indireta será exercida mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e, dentre suas competências, NÃO se inclui
- (A) fiscalizar as contas das empresas de cujo capital social o Estado ou o Município participe de forma direta ou indireta.
 - (B) julgar, mediante a emissão de parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e Prefeitos Municipais.
 - (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta e indireta do Estado e de Município, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - (D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, se constatada ilegalidade.
 - (E) fiscalizar a aplicação de recursos recebidos pelo Estado ou por Município mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento congêneres, e julgar no limite da contrapartida, quando houver.

58. O Relatório de Gestão Fiscal, instrumento de transparência da gestão fiscal, conterá comparativo com os limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, dos montantes:
- I. despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
 - II. renúncia de receita.
 - III. concessão de garantias.
 - IV. operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
 - V. despesa com precatórios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) III e IV.
 - (E) I, II e V.
59. No exercício de 2014, determinado ente público arrecadou receitas e empenhou despesas orçamentárias, respectivamente, nos valores de R\$ 387.950.000,00 e R\$ 435.680.000,00. Acerca do controle externo da execução orçamentária, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, NÃO compreende
- (A) a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa.
 - (B) a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
 - (C) o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e de realização de obras e prestação de serviços.
 - (D) a legalidade dos atos de que resultem o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
 - (E) a avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades que apliquem recursos públicos.

60. A firma de auditoria UAXM – Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2014, de determinada empresa estatal do Estado. Finalizados os trabalhos de auditoria, o Auditor deve formar uma opinião e emitir o relatório. O Auditor expressa uma opinião não modificada quando
- (A) obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.
 - (B) não obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.
 - (C) conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável.
 - (D) obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
 - (E) não obtém evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo 9, itens:

"9.6. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 9.7. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

– NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva-Redação.

I

Grande parte da população abdica das mais diversas ocupações para ver televisão, considerando legítima sua inatividade como espectador.

II

Ver televisão hoje é um modo de se emocionar imediatamente numa sociedade que perdeu de vista o cuidado com sua própria sensibilidade, em função da avalanche de imagens que invade o cotidiano.

III

É possível que pensar na própria vida seja equivalente ao desejo de devassar a vida alheia através dos programas televisivos.

(Baseado em: TIBURI, Marcia, disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/artigos.htm>. Acesso em 15/11/15)

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo justificando amplamente seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	